

**PORTARIA Nº 785/2019**

Dispõe sobre o acesso ao cargo de Desembargador.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e etc,

CONSIDERANDO a decisão do Tribunal Pleno, na Sessão de nº 06/2019, de 16 de maio de 2019;

RESOLVE, nos termos dos artigos 93, inciso III e 96, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, artigo 96, inciso V, da Constituição Estadual, c/c os artigos 182, 184 e 185 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, NOMEAR para o cargo de DESEMBARGADOR, pelo critério de ANTIGUIDADE, o JUIZ DE DIREITO ANTÔNIO PÁDUA SILVA, Titular da 5ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza, vago em virtude da aposentadoria da Desembargadora Sêrgia Maria Mendonça Miranda.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 16 de maio de 2019.

Desembargador Washington Luís Bezerra de Araújo

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 117/2019/SEADI O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, tendo em vista o Art. 5º, inciso XIV, Portaria nº 237/2019, publicada no Diário da Justiça do dia 7 de fevereiro de 2019, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8507939-29.2019.8.06.0000, designar, **Afonso Miranda de Carvalho**, Analista Judiciário, matrícula 23523 e **José Mamede Rebouças de Oliveira Júnior**, Coordenador de Manutenção Predial, matrícula 41970 a fim de realizar a fiscalização dos serviços de manutenção na sede provisória do Fórum de Baturité no dia 07 de maio de 2019, concedendo-lhes **1 (uma) diária sem pernoite**, no valor de **R\$ 90,00 (noventa reais)**, para cada um dos beneficiários. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em Fortaleza, 09 de maio de 2019.

MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº 118/2019/SEADI O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, tendo em vista o Art. 5º, inciso XIV, Portaria nº 237/2019, publicada no Diário da Justiça do dia 7 de fevereiro de 2019, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8507657-88.2019.8.06.0000, designar **Gilmar de Castro Maia**, Auxiliar Judiciário, matrícula 97656, a fim de realizar a entrega e fazer o recolhimento de ares-condicionados nas comarcas de Maracanaú, General Sampaio e Moraújo nos dias 06 a 07 de maio de 2019, concedendo-lhe **1,5 (uma e meia) diárias** no valor total de **R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais)**. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará em Fortaleza, 10 de maio de 2019.

MOISÉS ANTÔNIO FERNANDES MONTE COSTA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

**Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES**

Assessoria de Precatórios

0000613-17.2019.8.06.0000 - Pedido de Providências. Credora: B. M. de M.. Advogado: Fabiano Aldo Alves Lima (OAB: 8767/CE). Devedor: E. do C.. Proc. Estado: Eduardo Menescal (OAB: 16996/CE). Proc. Estado: João Renato Banhos Cordeiro (OAB: 16941/CE). Proc. Estado: Andre Luiz Sienkiewicz Machado (OAB: 23316/CE). Proc. Estado: Rizomar Nunes Pereira (OAB: 20975/CE). Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Diante da análise realizada no presente feito, a partir da informação de pág. 11, observo que o presente incidente encontrava-se suspenso, nos termos do art. 2º, §3º, da Portaria nº 1108/2019 do TJCE, vez que ainda não havia sido expedido ofício requisitório ao Estado do Ceará, o que veio a ocorrer em 25/04/2019, conforme se vê à pág. 74 dos autos do precatório respectivo (Processo nº 0000080-58.2019.8.06.0000). Pois bem. Vejo, desta forma, que a única pendência que obstava o pagamento da superpreferência foi resolvida com a expedição do respectivo ofício requisitório nos autos do precatório originário, encontrando-se, desta feita, cumpridas todas as exigências e os pressupostos legais e normativos necessários à concessão do pedido de pagamento prioritário. Por todo o exposto, chamo o feito a ordem para deferir, com arrimo no certificado às págs. 05/06 e informado à pág. 11, em razão da idade da credora, o pedido de pagamento prioritário de que trata o art. 100, §2º, da Constituição Federal. Desse modo, autos à Coordenadoria de Cálculos de Precatórios para fins de atualização do crédito e aplicação das retenções legais devidas. Em seguida, intime-se o devedor sobre o pleito prioritário e as partes sobre os cálculos, por 05 (cinco) dias. Não havendo irrisignação, viabilize-se o pagamento, observadas as retenções legais cabíveis, à conta bancária da beneficiária comprovada à pág. 03. Havendo impugnação, autos imediatamente conclusos. Com o pagamento da superpreferência, considerando o certificado às págs. 05/06, proceda-se à retirada do precatório originário da lista de credores do ente público em tela, arquivando-se eletronicamente, em seguida, o presente incidente e o respectivo precatório. Tudo providenciado, sem reclames, comunique-se ao juízo da execução. Intime-se Fortaleza, 8 de maio de 2019. Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.